TL426

JOÃO PAULO II NA INDONÉSIA E EM TIMOR-LESTE

A visita de João Paulo II à Indonésia não é um desafio fácil para Jacarta. O facto de Suharto ter declarado que "os católicos não deverão manifestar-se em saudações ao Papa" levanta uma ponta do véu sobre as enormes tensões que ensombram esta manobra diplomática importante, quer para o poder indonésio quer para o Vaticano.

Embora a comunidade católica na Indonésia represente apenas cerca de 3% da população, ela constitui a mais significativa presença católica na área depois das Filipinas. Mas mais importante do que isso, esta minoria detém um poder real no sistema instituído pelos javaneses, a todos os níveis: político, militar e económico. A Igreja Católica na Indonésia dedicou desde o sec. XIX um esforço particular ao ensino, nomeadamente através dos colégios jesuítas, onde têm sido educadas gerações pertencentes à elite do país. Ainda hoje as escolas e as universidades dirigidas pelos católicos são consideradas como um dos melhores passaportes para a entrada nos círculos decisivos do poder. A prová-lo está o facto de uma boa parte dos chineses com influência na sociedade indonésia, que dominam a classe empresarial do país, terem sido educados e colocarem os seus filhos no ensino católico.

Os católicos tiveram também uma acção significativa na "caça aos comunistas" que se seguiu ao golpe de Estado de 1965 liderado pelo actual presidente Suharto e onde se calcula que foram assassinados cerca de um milhão de pessoas alegadamente pertencentes ao Partido Comunista Indonésio, tendo ficado presas vários milhares (algumas das quais ainda estão hoje encarceradas).

O caso de Timor-Leste ilustra bem esta teia complexa onde a Igreja Católica, de expressão religiosa minoritária no que é considerado como o maior país muçulmano do mundo, tem um poder efectivo. O General Beni Murdani, actualmente Ministro da Defesa e desde 1974 responsável pela operação que levaria à colonização de Timor-Leste, é um católico "convicto". Em Jacarta, o orgão que na prática tem elaborado e coordenado a estratégia política e diplomática para Timor-Leste, o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais é liderado por um chinês de uma família com amplos poderes económicos e... católico. Este homem, Jusuf Wanandi, foi o candidato da Indonésia a perito da Subcomissão de Direitos Humanos da ONU há 2 anos, derrotado nas votações quando se soube em Genebra da sua responsabilidade na condução da política de genocídio em Timor-Leste e das suas ligações à polícia secreta indonésia.

Assim se compreende por que razões o poder indonésio hesita em atacar directamente a Igreja em Timor-Leste e tem antes seguido a política de comprar os seus membros - a nova Catedral de Dili, inaugurada e benzida no final do ano passado, foi construída com

fundos oferecidos pelas Forças Armadas indonésias e pelo próprio Presidente Suharto.

A Igreja Católica é necessária ao regime ditatorial e colonialista indonésio. E a Indonésia é necessária ao Vaticano, que quer aproveitar das influências que ora lhe são reconhecidas e teme que qualquer outro poder nasça com orientações mais claramente islâmicas ou mesmo integristas.

No entanto, a visita do Papa pode levantar grandes tensões sociais, religiosas e até raciais na Indonésia. A maioria muçulmana não verá com bons olhos as grandes manifestações de alegria pela presença do Sumo Pontífice. Os chineses têm sido duramente reprimidos em diversas ocasiões e apenas uma minoria (em grande parte católica) tem conseguido singrar na escala social.

Em Timor-Leste há já a confirmação de que estão a chegar a Dili grandes grupos de cidadãos indonésios, movimento que se deve acentuar nos próximos dias. Não está posta de parte a possibilidade de confrontos entre indonésios e timorenses. O aviso de Suharto pode ter uma aplicação especial a Timor-Leste, prevenindo de antemão toda a manifestação genuinamente timorense perante o Santo Padre, que continua a ser o Bispo da Diocese de Dili, pois esta depende directamente do Vaticano desde que deixou de estar ligada à Conferência Episcopal portuguesa depois da invasão.

Este é aliás um ponto de conflito entre a Indonésia e a Santa Sé. Desde há anos que Jacarta e as autoridades religiosas do país pressionam fortemente o Vaticano para que este reconheça a inclusão da Diocese de Dili na Conferência Episcopal indonésia e foi já anunciado que Suharto abordará com João Paulo II este tema, num encontro a nível de chefes de Estado. Este seria o maior benefício que o regime indonésio poderia retirar da viagem papal, pois significaria um reconhecimento diplomático, por parte do Vaticano, da anexação de Timor-Leste pela Indonésia e retiraria margem de manobra à Igreja timorense, um dos principais pontos de referência para todos os nacionalistas.

Com efeito, a comunidade católica de Timor-Leste atinge cerca de 80% da sua população total e tem sido esta a razão invocada por João Paulo II para a visita ao território no contexto da visita à Indonésia, já por duas vezes adiada devido à questão timorense. Os cristãos mauberes exprimiram de diversas formas, incluindo através do clero local, a sua vontade de receber o Papa, mas não nas condições presentes, pois sabem muito bem como a Indonésia irá aproveitar diplomaticamente esta iniciativa. Aliás, começa por ser estranho e clarificador que João Paulo II se desloque à Indonésia expressamente a convite do Governo de Jacarta e não do episcopado indonésio, como é tradicional.

Até agora, a Igreja Católica tem mantido a posição de que não alterará o estatuto da Diocese de Dili sem que a resolução do conflito seja aceite pela comunidade internacional. Mas todos sabemos que há muitas formas intermédias e sofisticadas de dar uma ajuda aos poderosos e de desanimar ou dividir os mais pobres. O Administrador da Diocese de Dili, D. Ximenes Belo, declarou já à

agência France Press que poderia partir para outro país, eventualmente na América Latina, após a visita do Papa. Traduzindo para linguagem mais comum, isto quer dizer que ele espera ser retirado da sua Diocese, pois as posições que tem tomano nos últimos meses não agradaram a Jacarta... nem ao Vaticano.

Escreveu D. Ximenes Belo ao Secretário-Geral da ONU, no dia 6 de Fevereiro deste ano, pedindo-lhe que se realizasse em Timor-Leste un referendum, para conhecer os verdadeiros sentimentos do povo, pois enquanto passa o tempo "nós morremos como povo e como nação".

A determinação do povo maubere em lutar contra o colonialismo indonésio é inegável. Dependerá também da opinião pública internacional e, em particular, portuguesa, a capacidade para chegar a uma solução negociada que respeite integralmente os direitos do povo de Timor-Leste.

Comisão para os Direitos do Povo Maubere

Lisboa, 9 de Outubro de 1989